



# Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Estratégico

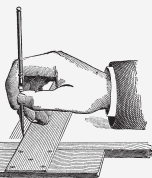
2022



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE  
ALAGOAS

- 1** **Considerações Iniciais**
- 2** **Estratégia do TRE -AL**
- 3** **Análise do desempenho com base nos objetivos estratégicos. Medindo o progresso.**
- 4** **Conclusão**

## Sumário



# 1 – Considerações Iniciais

Este relatório apresenta os resultados alcançados pelo TRE-AL durante o ano de 2022, considerados os indicadores estratégicos definidos no seu Planejamento Estratégico Institucional para o ciclo 2021-2026 e instituído pela Resolução TRE-AL nº 16.650, de 17 de agosto de 2021.

Informar sobre os indicadores é importante para comunicar à sociedade o compromisso do TRE-AL com a transparência prestando contas das medidas tomadas para o atingimento das metas traçadas.

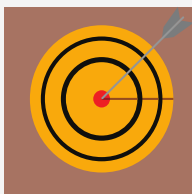
O Planejamento organizacional do TRE-AL teve seu processo de elaboração dentro do contexto de revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, conforme estabelecido pela Resolução CNJ nº 325 de 30 de junho de 2020, após construção democrática e participativa no âmbito de atuação institucional do órgão do Poder Judiciário.

Durante as Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) os membros do Conselho de Gestão Estratégica e Governança Corporativa de posse dos resultados extraídos, por meio de medição dos indicadores de desempenho, tem condições de deliberar de forma mais assertiva. Com base nas decisões, são emitidos relatórios gerenciais ( relatório de Análise da Estratégia), facilitando o conhecimento sobre a execução do Plano Estratégico e propiciando uma célere tomada de decisão pela Alta Administração.



## 2- Estratégia do TRE-AL

O Plano Estratégico é o instrumento pelo qual a Organização traça seus principais objetivos. Por meio dela, são declarados a missão, a visão e os valores institucionais, que são os direcionadores principais da Estratégia. A missão constitui a própria razão de existência da instituição, os elementos motivadores de sua criação. A visão traz a perspectiva de futuro, onde a organização quer chegar ou como quer ser vista pela sociedade. Por fim, os valores são os imperativos éticos que nortearão a instituição durante a vigência da Estratégia. Em outras palavras, a estratégia condensa uma série de objetivos e projetos que têm o objetivo de conduzir a instituição à concretização de sua visão, a manter o compromisso com sua missão sem se afastar dos seus valores, além de trazer os indicadores de desempenho que permitirão à Administração verificar o sucesso do que foi planejado.



### Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral;



### Visão

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, em especial quanto à transparência, segurança e efetividade;



### Valores

São princípios ou crenças que orientarão o comportamento da organização. Esse conjunto de virtudes deve comprometer todos os integrantes da instituição e ser incorporado em sua cultura, deslocando a perspectiva individual dos colaboradores para uma outra, colaborativa.

- a) Acessibilidade: garantir o direito constitucional do cidadão de acesso à Justiça Eleitoral;
- b) Transparência: garantir à sociedade o acesso às informações, ações e decisões institucionais de forma clara e padronizada, tornando mais fácil e transparente o acesso aos dados de gestão;
- c) Responsabilidade social e ambiental: atuar para a promoção da cidadania e para o uso racional de recursos naturais e bens públicos por meio de práticas sustentáveis;
- d) Imparcialidade: primar por julgamentos retos e justos;
- e) Ética: garantir a atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;
- f) Modernidade: propiciar a adoção de soluções modernas alicerçadas em novas tecnologias; e
- g) Celeridade: ressaltar o combate à morosidade na entrega da prestação jurisdicional.

Para o planejamento do TRE-AL identificamos objetivos e ações de melhoria a curto, médio e longo prazo. Para tanto, cada um dos níveis é extremamente importante para que essas metas saiam do papel e realmente alcancem os resultados esperados.

O processo é integrado e interdependente, ou seja, cada um dos níveis tem a sua importância, assim:

- Planejamento estratégico: orienta a visão estratégica do departamento a longo prazo;
- Planejamento tático: desdobra a visão em planos de ações para resultados a médio prazo;
- Planejamento operacional: transforma os planos e metas em ações reais, ou seja, executa os planos de ação desenvolvidos no nível tático.

# Estratégia do TRE-AL

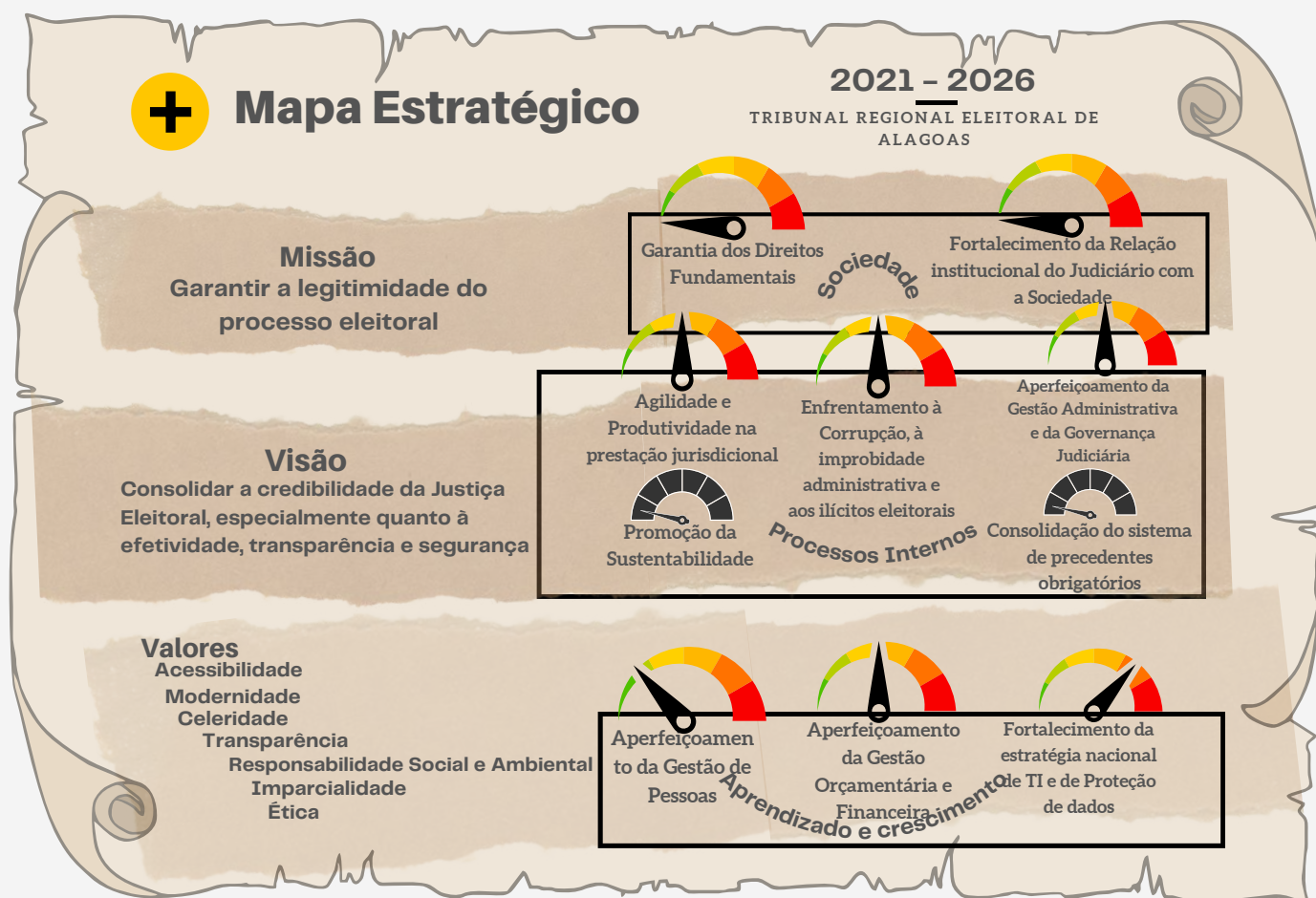
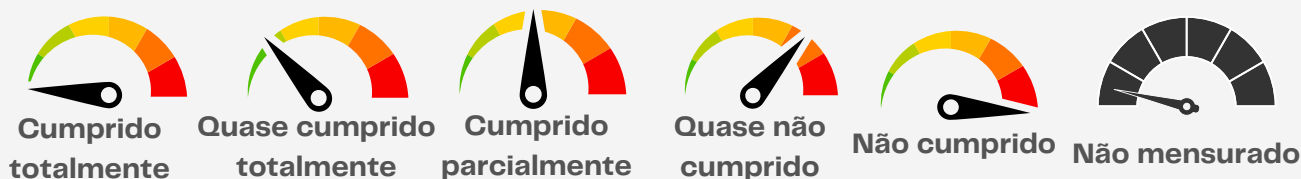
TRE - AL - Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Estratégico



O atendimento da visão de uma organização é desdobrada em uma série de grandes objetivos de longo prazo, também chamados de Macrodesafios. Ao atingir os macrodesafios, entende-se que se está cumprindo a Estratégia. Alguns macrodesafios são ainda bastante amplos e complexos, motivo pelo qual podem ser desdobrados em Objetivos Estratégicos.

A metodologia utilizada pelo TRE-AL para a elaboração de seu Plano Estratégico é a do Balanced Scorecard – BSC, que aloca os macrodesafios em perspectivas de análise, tendo sido escolhidas as perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento. Por fim, todos os direcionadores, macrodesafios e perspectivas são inseridos em um diagrama chamado Mapa Estratégico, que resume a Estratégia Organizacional.

A seguir, apresenta-se o Mapa Estratégico deste Regional, ilustrado conforme o impacto do desempenho dos indicadores nos objetivos estratégicos no ano de 2022.



Da análise geral do desempenho da Estratégia Institucional do TRE-AL referente a 2022, constatamos que 15 (quinze) objetivos estratégicos alcançaram os resultados propostos, 7 (sete) não alcançaram e 4 (quatro) alcançaram parcialmente. Não mensuramos 3 (três) objetivos, um por não ser mais aplicado, outro por ainda aguardar índice de desenvolvimento sustentável e outro por ausência de ferramenta adequada para aferição.

O portfólio completo dos indicadores estratégicos podem ser encontrados por meio do link :

<https://static.tre-al.jus.br/portal/o-tre/governanca-corporativa/gestao-estrategica/indicadores-estrategicos.pdf>

## APURAÇÃO DO ATINGIMENTO DA ESTRATÉGIA

Os procedimentos para a verificação do atingimento dos macrodesafios são disciplinados pela própria Resolução nº 16.150/2021, que definiu o Plano Estratégico Institucional para o período de 2021–2026, como pela Portaria da Presidência nº 477/2021 que institui os indicadores e as metas do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Art. 6º O monitoramento e a avaliação do plano estratégico dar-se-ão por meio dos seguintes instrumentos, sem prejuízo de outros:

I – análise dos indicadores; e

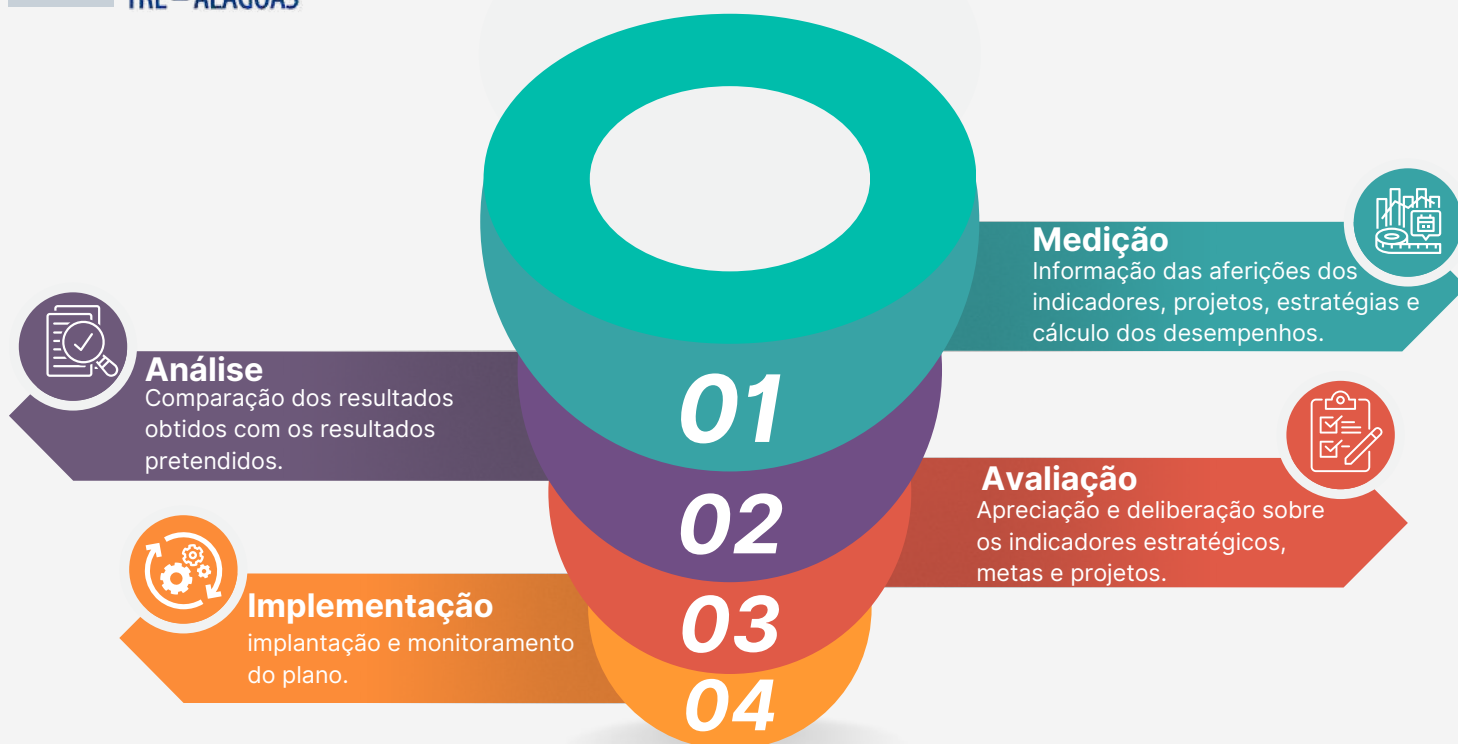
II – verificação da realização de programas, projetos ou ações implementados pelas unidades que promovam o alcance dos objetivos estratégicos e dos seus respectivos indicadores.

Parágrafo único. Os relatórios de monitoramento e avaliação do plano estratégico serão consolidados anualmente pela Assessoria de Gestão Estratégica da Diretoria-Geral e disponibilizados no portal eletrônico do Tribunal.



## Gestão do Planejamento Estratégico

4 ETAPAS PARA A GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO





## Objetivos

- Facilitar o acompanhamento e controle ativo das metas;
- Compartilhar informações com menos burocracia;
- Nutrir o modelo de gestão com as informações necessárias para ajustar os planos;
- Manter o planejamento estratégico aderente às mudanças de cenário;
- Promover o alinhamento e coordenação das ações e projetos entre o níveis estratégico, tático e operacional.



### 3 - Análise do desempenho com base nos indicadores estratégicos. Medindo o Progresso

As metas de desempenho são uma boa maneira de monitorar e medir o progresso. Os relatórios de desempenho incluem detalhes como indicadores identificados, dados coletados e atividades realizadas relativas ao planejamento estratégico. Por meio de metas de desempenho claras e concretas buscamos facilitar a geração de dados relevantes, consistentes e comparáveis ao longo do tempo, em formatos que nosso público possa entender e apreciar.

Para efeito de classificação do atendimento das metas traçadas adotamos conforme legenda abaixo:



**Cumprido** quando a meta foi atingida por meio de providências incorporadas às atividades regulares do indicadores analisados;



**Cumprido parcialmente:** quando não atingimos a meta mas há a constatação de ações em curso, que visem a solucionar o atendimento da meta. Neste caso, ou as ações estão no prazo estipulado no plano de ação, ou mesmo estando fora do prazo o gestor justifica a não implantação total da solução proposta.



**Não cumprido:** quando não alcançamos as metas almejadas;



**Não mais aplicável:** em razão de mudanças de condição ou de superveniência de fatos que tornem inexecutável a implantação ações das apresentadas. Não mensurado no período.

## Objetivo Estratégico 1: Garantia dos direitos fundamentais

### Taxa do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos



Meta Igualar ou superar o percentual nacional de alistamento de jovens de 16 e 17 anos.

Resultado/2022 30,46% Percentual Nacional\* 29,08%

\*Percentual calculado utilizando a mesma fórmula e metodologia do resultado estadual.

### Taxa de alcance das ações e projetos de aproximação com a sociedade.



Meta Aumentar, pelo menos, 20% pessoas por ano

Resultado/2022 107,50% Resultado/2021 17,41%

Público alcançado – 12.485 pessoas.

### Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria



Meta Reduzir o tempo de respostas aos contatos recebidos pela ouvidoria

Resultado/2022 4 dias Resultado/2021 12 dias

As ações voltadas ao público externo buscaram ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral, incentivar o exercício consciente da cidadania, fomentar a participação do eleitorado de 16 e 17 anos, incentivar a participação de grupos politicamente sub-representados, combater a desinformação em matéria eleitoral e garantir

canais de comunicação com a sociedade para registros de ocorrências, reclamações, pedidos de informações, sugestões e denúncias, visando à melhoria dos serviços prestados.

Quanto ao requisito da taxa de eleitorado houve alteração da metodologia de mensuração da meta, em virtude de inconsistência na fórmula de medição e na classificação da meta anterior, pois o que se deseja fomentar é aumento da quantidade de pessoas atingidas pelas ações da EJE e não o acerto do planejamento das ações, logo não poderia ter sido classificado como indicador de tendência.

Todos os indicadores ligados à garantia dos direitos fundamentais tiveram pleno êxito em 2022.



**Objetivo Estratégico 2: Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.**

**Transparência Pública**



Meta Alcançar o percentual de 100% no ranking da Transparência do Poder Judiciário.

Resultado/2022 100%

**Pesquisa de Avaliação**



Meta Atingir, conforme o ano, os seguintes percentuais de avaliações com conceito "bom" e "ótimo", e manter o último índice ao final do período.

Resultado/2022 100%



**Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral de Alagoas**

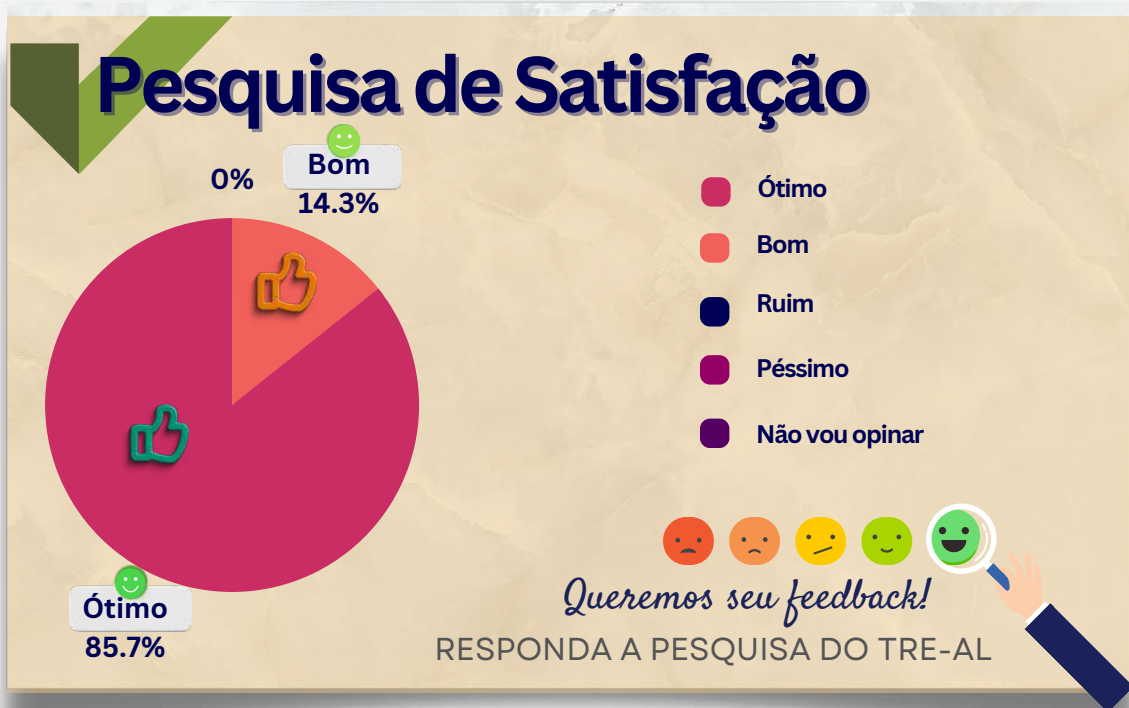
Meta Alcançar 70% e manter o índice até o final do período

Resultado/2022 73,05%



Os indicadores que compõem o objetivo estratégico 2 apresentam excelentes resultados e têm-se mostrado estáveis ao longo do tempo, denotando a capacidade do TRE-AL de entregar valor à sociedade. Em 2022 a satisfação média dos usuários foi de 100% dos entrevistados e a transparência atendeu a 100% dos critérios estabelecidos pelo CNJ.

Imbuído em construir uma cultura da transparência, ano a ano o Tribunal procura promover o aprimoramento da “Transparência” no portal eletrônico, melhorando a comunicação não apenas para a sociedade, mas também, para seu público interno, a partir da ampliação da divulgação das informações institucionais, relativas às licitações e contratos; receitas e despesas; execução orçamentária e financeira; remunerações, diárias e passagens; prestação de contas, auditorias e inspeções; indicadores de desempenho, metas e resultados; programas, ações, projetos e obras, assim como ao Serviço de Informações ao Cidadão, seja presencial ou eletrônico.

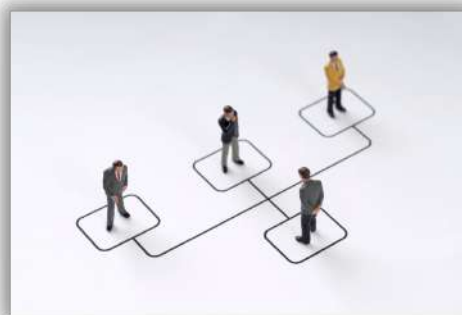


Outrossim, na tentativa de prestar informações de maneira mais rápida e eficiente, é que o Tribunal Regional de Alagoas está implementando nova ferramenta de transparência, denominada Business Intelligence, que terá por finalidade a aglutinação de todas informações do Órgão, permitindo ao usuário a expedição de gráficos e resultados estatísticos.



Para a acessibilidade, o resultado supera a meta estabelecida. Reflete as ações contínuas direcionadas a eliminar barreiras arquitetônicas (degraus, obstáculos etc.) que impedem o acesso de pessoas com deficiência aos imóveis, principalmente cadeirantes ou demais pessoas com mobilidade reduzida.





**Objetivo Estratégico 3:** Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

**Taxa de congestionamento no 1º grau de Jurisdição**



Meta Reduzir em 20% a Taxa de Congestionamento, no período de 2021 a 2026

	1º semestre	2º semestre
Resultado/2022	58%	79%

**Taxa de congestionamento no 2º grau de Jurisdição**



Meta Reduzir em 15% a Taxa de Congestionamento, no período de 2021 a 2026

Resultado/2022 246 dias

**Índice de atendimento à demanda, no 1º grau de jurisdição**



Meta Atingir o percentual de 105% do índice de atendimento à demanda no período de 2021 a 2026

	1º semestre	2º semestre
Resultado/2022	58%	79%

**Índice de atendimento à demanda, no 2º grau de jurisdição**



Meta Atingir o percentual de 105% do índice de atendimento à demanda no período de 2021 a 2026

Resultado/2022 246 dias



### Tempo de tramitação dos processos pendentes , considerando as fases dentro do judiciário, no 1º grau de jurisdição.



Meta	Reduzir o tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro da Justiça Eleitoral.	
	1º semestre	2º semestre
Resultado/2022	58%	79%

### Tempo de tramitação dos processos pendentes , considerando as fases dentro do judiciário, no 2º grau de jurisdição.



Meta	Reduzir o tempo de tramitação dos processos pendentes, considerando as fases dentro da Justiça Eleitoral.	
Resultado/2022	246 dias	

Quanto ao não atingimento do tempo de tramitação de processos pendentes no 2º grau, podemos salientar que se deu principalmente em razão do grande volume de processos de prestações de contas eleitorais oriundas das Eleições 2022, as quais exigem análise contábil complexa e muitos recursos (aumentando significativamente o tempo de tramitação processual). Quanto ao primeiro grau, levando em conta que a linha base paradigma é de 2020, ano de eleições municipais, foram autuados milhares de processos novos com tempo de tramitação menor.

### Objetivo Estratégico 4: Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

#### Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais, no 1º grau de Jurisdição;



Meta	Reduzir em 15% o tempo de duração de casos pendentes ao final do ciclo do planejamento estratégico	
Resultado/2022	878 dias	

## Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais, no 2º grau de Jurisdição;



**Meta** Reduzir em 15% o tempo de duração de casos pendentes ao final do ciclo do planejamento estratégico

**Resultado/2022** 246 dias

Em virtude da inclusão das ações penais, vários processos estão com réus cumprindo condições. Tais processos ficam paralisados até o cumprimento integral. São ações julgadas esperando o cumprimento. Para os próximos anos, o TRE-AL adotará sistemática de arquivar as ações penais com a consequente autuação das execuções penais.

## Objetivo Estratégico 5: **Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios**



Obs.:O Objetivo Estratégico 5 (Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios) foi atribuído ao segmento da Justiça Eleitoral pelo CNJ. Porém, as unidades técnicas deste Regional não vislumbraram a aplicabilidade do presente indicador, haja vista que os julgamentos no segundo grau no TRE/AL são de competência do plenário, não havendo órgão fracionário (pressuposto para a instauração do IAC conforme art. 947, Iº e 2º do CPC).

## Objetivo Estratégico 6: **Promoção de sustentabilidade**

### Índice de desempenho de sustentabilidade do Tribunal



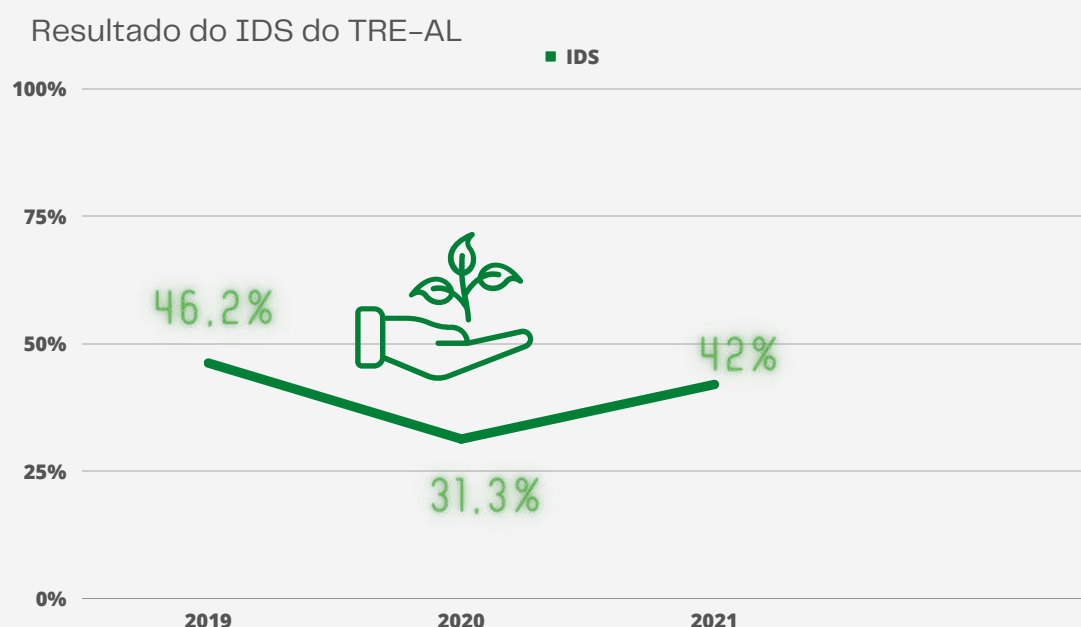
**Meta** Alcançar o percentual de 65% do IDS no balanço de sustentabilidade do poder judiciário

**Resultado/2022** Aguardando divulgação do índice de Desenvolvimento Sustentável pelo Conselho Nacional de Justiça.

A implementação e o desenvolvimento das práticas de sustentabilidade buscaram construir em 2022 uma nova cultura institucional visando à inserção de critérios sustentáveis nas atividades realizadas pelo Tribunal, envolvendo suas diversas áreas e buscando a integração de todos.

Não se pode olvidar que a incorporação na cultura organizacional das práticas de sustentabilidade é um processo de construção progressiva, sendo que a avaliação periódica e o acompanhamento das ações e indicadores é essencial para a melhoria do desempenho institucional na temática socioambiental.

## TRE-AL e o IDS do CNJ



**IDS**

Índice de Desempenho de Sustentabilidade



A Resolução CNJ N. 400/2021 demonstra no rol de indicadores a serem monitorados nos Planos de Logística Sustentável informações que são mensuradas em diversas categorias diferentes formando o IDS -Índice de Desempenho de Sustentabilidade, cujo objetivo é criar um indicador sintético que seja capaz de avaliar, em uma única dimensão, o resultado combinado de vários indicadores distintos, permitindo assim, comparação objetiva entre os tribunais.

O TRE-AL aguarda o IDS de 2022 para mensurar o presente indicador estratégico.

No que se refere a avaliação do desempenho do Plano de Logística sustentável, em relação a 2022, demonstra a necessidade de se aperfeiçoar alguns indicadores e metas, tanto para ajustá-los à dinâmica das demandas de determinadas áreas de atuação (ex.: reformas, construções, veículos e combustíveis), quanto para aprimorar a metodologia adotada no PLS aos parâmetros definidos pela Resolução TSE nº 23.474/2016, de 19 de abril de 2016, no que respeita às peculiaridades de avaliação aplicáveis à Justiça Eleitoral (ex.: impressão).

0,0%

Copos descartáveis para consumo do público interno



Fato que merece destaque, é que em relação ao consumo de copos descartáveis, convém assinalar que desde o ano de 2021, o TRE/AL, tendo em vista a publicação da Portaria Presidência nº 39/2020 TRE-AL/PRE/AEP, em 13 de fevereiro de 2020, suspendeu, definitivamente, a disponibilização, na Justiça Eleitoral de Alagoas, de copos plásticos descartáveis para consumo de bebidas quentes ou frias, pelos membros, servidores efetivos/comissionados, requisitados, estagiários, terceirizados e colaboradores eventuais. Nesse sentido, após o referido ato, todas as aquisições de copos são para atendimento de público externo, sendo adquiridos copos de material biodegradável.

Contudo, para o atendimento das demandas de eleição, ainda são adquiridos copos descartáveis. Mesmo assim, no ano de 2022 foram consumidos 756 centos de copos descartáveis, uma redução de 62% em relação ao ano de 2020.



## Objetivo Estratégico 7: Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

### Taxa de desempenho do Tribunal no Prêmio CNJ de qualidade no eixo "governança".



Meta Alcançar 90% ao final do ciclo do planejamento estratégico

distribuição da meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	80%	82%	84%	86%	88%	90%

Resultado/2022 66%

### Taxa de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços do Tribunal.



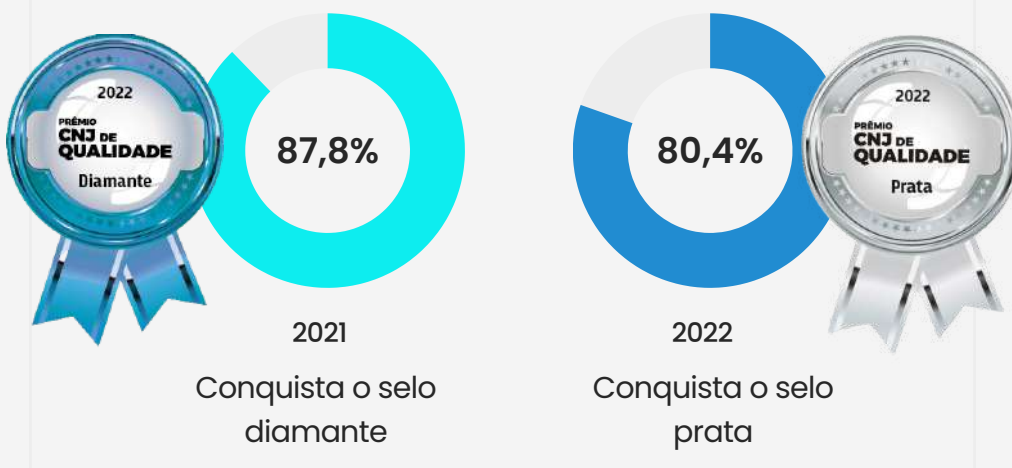
Meta Alcançar 50% ao final do ciclo do planejamento estratégico

Resultado/2022 50,97%

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, implementado desde 2013. Ao longo dos anos, vários critérios foram sendo aperfeiçoados e incluídos no regulamento da premiação, que é dividida em quatro eixos principais: governança; produtividade; transparência; dados e tecnologia. O eixo que tem maior peso atualmente é o de Dados e Tecnologia (39%); seguido da área de Produtividade (31%); de Governança (23%) e, por fim, de Transparência (5,6%). A pontuação máxima do tribunal pode chegar a 2.125 pontos.

O Prêmio CNJ de Qualidade para o ano de 2022, de acordo com a Portaria CNJ nº 170/2022, apresentou avanços em relação ao ano anterior por meio da implementação de mudanças nos critérios de pontuação. O TRE-AL atendeu a 80,40% dos critérios, sendo premiado com o Selo Prata.

## TRE-AL E O PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

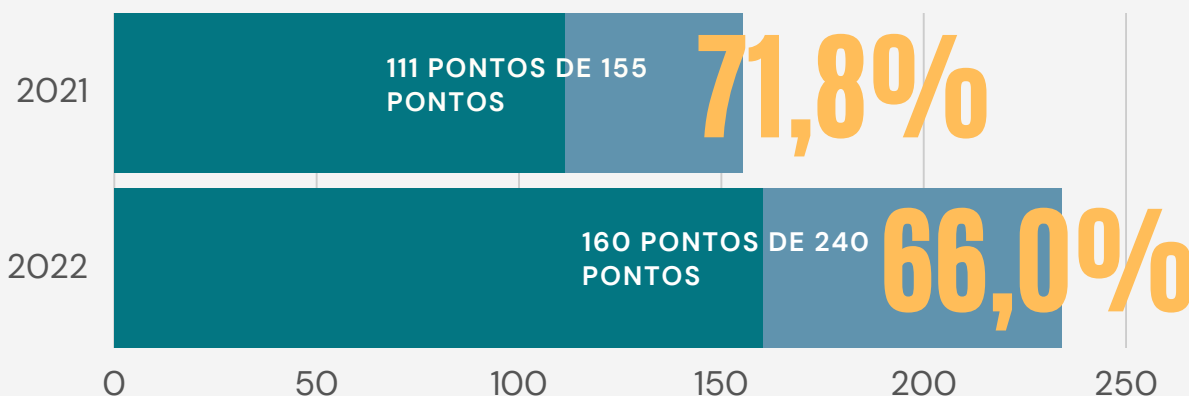


Para aprimorar cada vez mais a cultura organizacional, por meio de um melhor alinhamento das expectativas, bem como aperfeiçoar constantemente o processo decisório, de maneira a assegurar que as decisões sejam adotadas no melhor interesse da sociedade, é que o indicador busca fomentar o aperfeiçoamento do eixo da governança.

Em 2022, especificamente quanto ao eixo da governança, em que pese a pontuação do TRE-AL ter apresentado aumento (160 pontos), se comparada ao ano anterior (111 pontos), houve a alteração de requisitos e a instituição não alcançou pontuação suficiente para permanecer no enquadramento da categoria de premiação diamante, pois esta se dá pela junção dos demais eixos, e ainda, em comparação entre os demais tribunais.

## EIXO GOVERNANÇA DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

TRE-AL CONTINUOU AVANÇANDO A PONTUAÇÃO, MESMO DIMINUINDO A PORCENTAGEM DE ATINGIMENTO.



No eixo governança, estão contemplados itens que avaliam funcionamento de unidades e comissões, implantação de resoluções, utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e estrutura na Área de Tecnologia da Informação, práticas socioambientais, capacitação, ações voltadas à saúde de magistrados e servidores, respostas às demandas da ouvidoria e gestão participativa na formulação de metas nacionais.

O aumento na taxa de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços indica os esforços do Tribunal no sentido de aperfeiçoar a gestão interna na busca por melhores resultados, sempre com vistas à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e demais princípios da administração pública.



Quanto aos Pregões e às Tomada de Preços, foi utilizado como parâmetro para termo inicial a data do Termo de Referência ou do Projeto Básico, nos casos de ausência do DOD (Documento de Oficialização da Demanda) ou do DFD (Documento de Formalização de Demanda). No caso de repetição do certame, foi adotado como termo inicial a data que determinou a instrução da repetição.

Quanto aos casos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, foi utilizado, na ausência de DOD ou DFD, como parâmetro a data do Termo de Referência ou do Projeto Básico, ou ainda do Memorando ou do documento que inicialmente detalhou a proposição nos procedimentos em que não há Termo de Referência ou Projeto Básico.

## Objetivo Estratégico 8: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

### Taxa de execução do plano anual de capacitação



Meta Alcançar o percentual de 30% ou mais de cumprimento

Resultado/2022 26,55 %

### Taxa de desenvolvimento de competências gerenciais estratégicas



Meta Alcançar o percentual de 50% ou mais de cumprimento

Resultado/2022 Prejudicada, uma vez que o projeto de Gestão por Competências não foi finalizado no Tribunal, carecendo de ferramenta que realize a mensuração.

### Índice de absenteísmo



Meta Alcançar um percentual menor de absenteísmo anualmente.

Distribuição da meta	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	<=4%	<=3,9%	<=3,8%	<=3,7%	<=3,6%	<=3,5%

Resultado/2022 3,5%      Resultado/2021 1,89%

### Índice de capacitação de servidores



Meta Alcançar o percentual de 40% ou mais de cumprimento

Resultado/2022 59,80%



O indicador "Taxa de execução do Plano Anual de Capacitação", ficou dentro da margem de aceitabilidade. O melhor desempenho do indicador ficou prejudicado devido a baixa execução das capacitações específicas requeridas no PAC pelas Unidades, que atingiu apenas 17,99%.



Há dois aspectos a serem levados em conta para tal resultado: 1 - capacitações demandadas pelas Unidades no PAC não foram executadas; 2 - realização de capacitações não previstas no PAC. Por outro lado, as capacitações institucionais atingiram 30,23%. No geral, o indicador totalizou de 26,55%.

Quanto ao indicador "Taxa de desenvolvimento de competências gerenciais estratégicas", o projeto de Gestão por Competências não foi totalmente implementado no Tribunal e não pode ser mensurado, tendo em vista a ausência de cumprimento das últimas etapas. O TRE-AL já realizou amplo mapeamento das rotinas e responsabilidades na maioria das Unidades no Tribunal. Foi feito mapeamento e identificadas 3117 responsabilidades e tarefas, 69 mapas das unidades e 118 competências técnicas. No entanto, o TRE-AL entende que ainda há margem relevante de atuação. Pelo acima exposto, com o material hoje à disposição e sem a ferramenta de gestão adequada, o Tribunal não possui condições de aferição do indicador.



Em 2022 diversas iniciativas, ações e projetos do Tribunal foram realizadas pelo Programa Qualidade de Vida voltados ao servidor e ao fornecimento de boas condições de trabalho. De certo, um clima organizacional favorável contribui com baixas taxas de absenteísmo, na medida em que proporciona melhorias na qualidade de vida dos servidores.



Quanto ao índice de Absenteísmo, apesar do TRE-AL ter apresentado um leve aumento, se comparado ao ano anterior, a instituição conseguiu atender a um percentual menor de ausências conforme meta traçada. Vale ressaltar que o ano de 2021 foi diretamente impactado pelo isolamento social e regime de trabalho remoto adotado pelo órgão (em decorrência da pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde, repercutindo em baixo índice de absenteísmo).

No tocante ao indicador "Taxa de capacitação de servidores" foi atingido o percentual de 59,80%, bem acima da meta prevista.





Ressalta-se , ainda, que o Tribunal investe na formação acadêmica das servidoras e servidores, através da concessão de Auxílio-Bolsa destinado ao custeio parcial das participações em cursos de Pós- Graduação, conforme disciplinamento interno, com publicação anual do edital de seleção.



Ao buscar empreender melhorias nas ações voltadas ao desenvolvimento funcional dos servidores, permanece a necessidade de reestruturação da área, com a criação de unidades que atuem, exclusivamente, na capacitação e desenvolvimento funcional, em observância ao disposto no art.21 da Resoluções CNJ 192/2014, c/c o §1o, do art.13, da Resoluções CNJ 240/2016. Em complementação, observa-se a necessidade de ampliação dos recursos educacionais e de desenvolvimento, tais como: conclusão do Projeto de Gestão por Competências, Plataforma EAD com suporte ativo de TI e, criação e estruturação de Salas de Treinamentos

## Objetivo Estratégico 9: Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira

### Aderência da execução ao planejamento orçamentário



Meta Alcançar o percentual de 78,5%

Resultado/2022 60,19%

### Perdas Orçamentárias



Meta Alcançar o percentual de 7,2%

Resultado/2022 7,66%

### Taxa de inscrição em restos a pagar



Meta Alcançar o percentual de 8%

Resultado/2022 11,41%

### Utilização do limite de pagamento



Meta Alcançar o percentual de 96%

Resultado/2022 98,39%

### Acompanhamento trimestral da execução orçamentária



Meta Alcançar anualmente os percentuais estabelecidos por trimestre.

distribuição da meta	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
	35%	60%	85%	95%

Resultado/2022	33,51%	47,87%	74,27%	92,34%
----------------	--------	--------	--------	--------

Critério de aceitabilidade: até 90% da meta



No que se refere ao indicador de Aderência da execução ao planejamento orçamentário, cujo percentual aferido ficou aquém da meta e da margem aceitável, há de se ressaltar que, na dinâmica da execução orçamentária, o Órgão pode enfrentar demandas no transcurso do exercício que mereçam tratamento prioritário, em detrimento de ações planejadas.

No âmbito da aderência à execução planejada, convém mencionar, no entanto, que, de acordo com os dados divulgados pelo TSE, o TRE-AL obteve o percentual de aderência de 80,9% (oitenta vírgula nove por cento) relativamente às despesas da Ação Pleitos Eleitorais. Para esse indicador, da Justiça Eleitoral, foi fixada a meta de 65% (sessenta e cinco por cento) para 2022.

Nesse sentido, deve-se observar que o Tribunal, embora não tenha tido êxito na consecução de contratações de reformas de imóveis de valor expressivo, a exemplo do Fórum Eleitoral da Capital, recebeu, em contrapartida, créditos que possibilitaram a aquisição de equipamentos de TI (computadores) para atendimento de demandas reprimidas de outros exercícios.

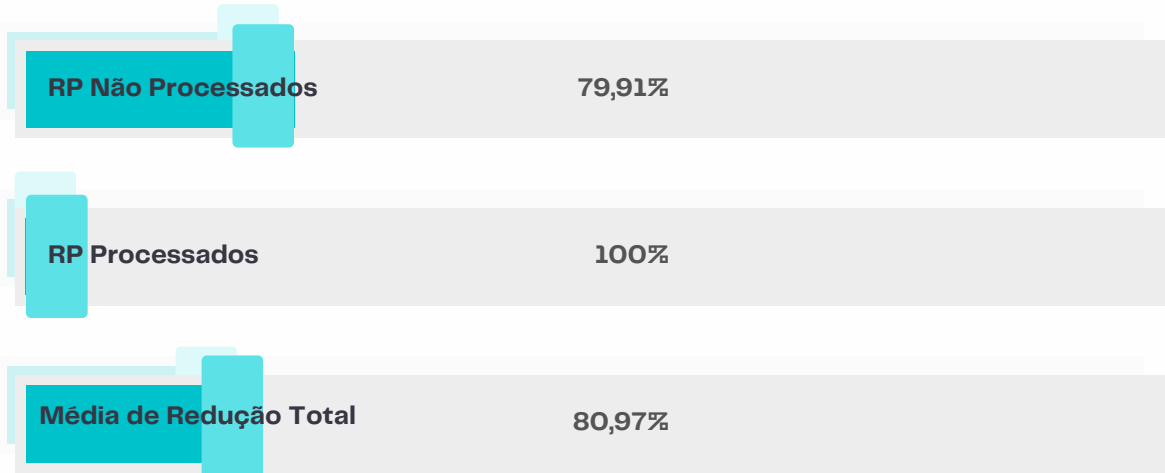
Em outra vertente, o percentual de inscrição de restos a pagar, em âmbito local, ficou acima da margem aceitável 2,6 pontos percentuais, porém, no âmbito da avaliação dos órgãos da Justiça Eleitoral, também divulgada pelo TSE, o Tribunal obteve o percentual de 11,1% (onze vírgula um por cento), dentro da meta fixada para 2022, a saber: 16,0% (dezesesseis por cento).



O Tribunal no exercício de 2022 reduziu 80,97% do montante do saldo de Restos a Pagar existente no início do exercício, já levando-se em consideração os cancelamentos efetuados no montante de R\$ 391,00.

Em valores monetários corresponde ao pagamento e cancelamentos, no exercício de 2022, no montante de R\$ 4.177,54, sendo R\$ 3.906,67 de RPs Não Processados e R\$ 270,87 de RPs Processados.

**REDUÇÃO PERCENTUAL DOS VALORES DE RESTOS A PAGAR DO INÍCIO DO EXERCÍCIO**



Da Inscrição de Restos a Pagar do Exercício findo de 2022, em que pese a forte atuação na redução do estoque de Restos a Pagar em anos anteriores, em relação ao exercício de 2022, tivemos uma elevação no estoque dessa rubrica, se comparada com 2021, em R\$ 1.482,68.

Os demais indicadores foram aferidos dentro dos parâmetros esperados e/ou tolerados, como se pode perceber acima.

**Objetivo Estratégico 10: Fortalecimento da estratégia nacional de tic e de proteção de dados**

**Índice de governança de tecnologia da informação**



Meta Aumentar o percentual em 1% da nota obtida no IgovTICJUD até o ano de 2023. Obter o percentual de 98% ou maior a partir de 2023.

distribuição da meta	2021 >=96%	2022 >=97%	2023 >=98%	2024 >=98%	2025 >=98%	2026 >=98%
----------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Resultado/2022 76,30%

**Disponibilidade da rede de comunicação de dados da sede com as zonas eleitorais**



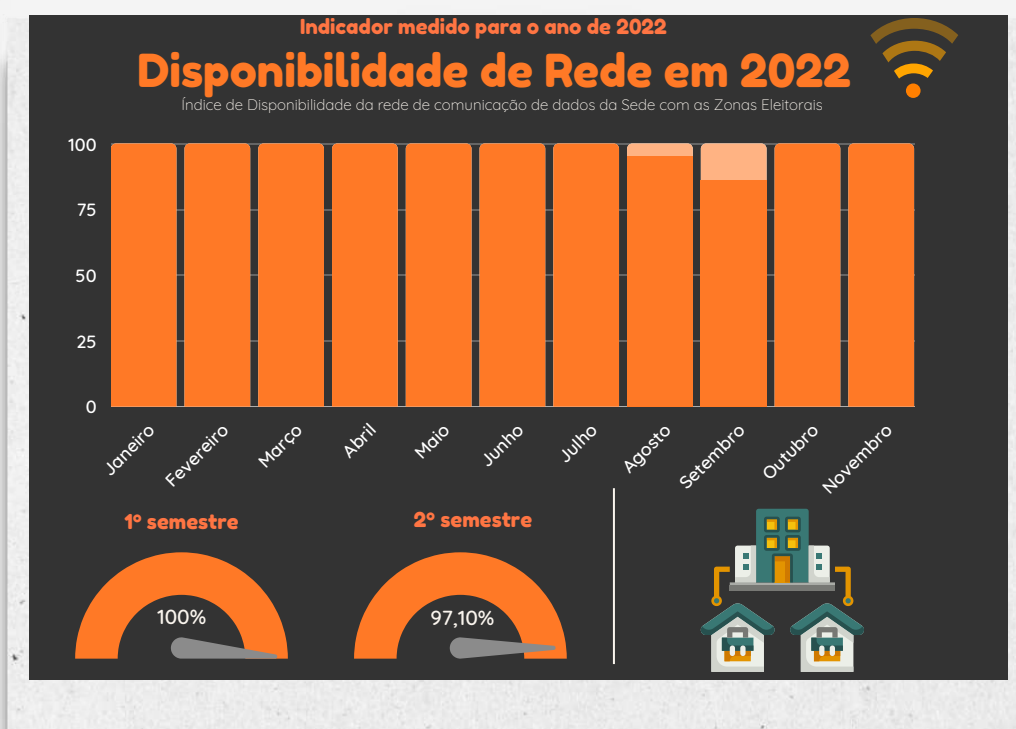
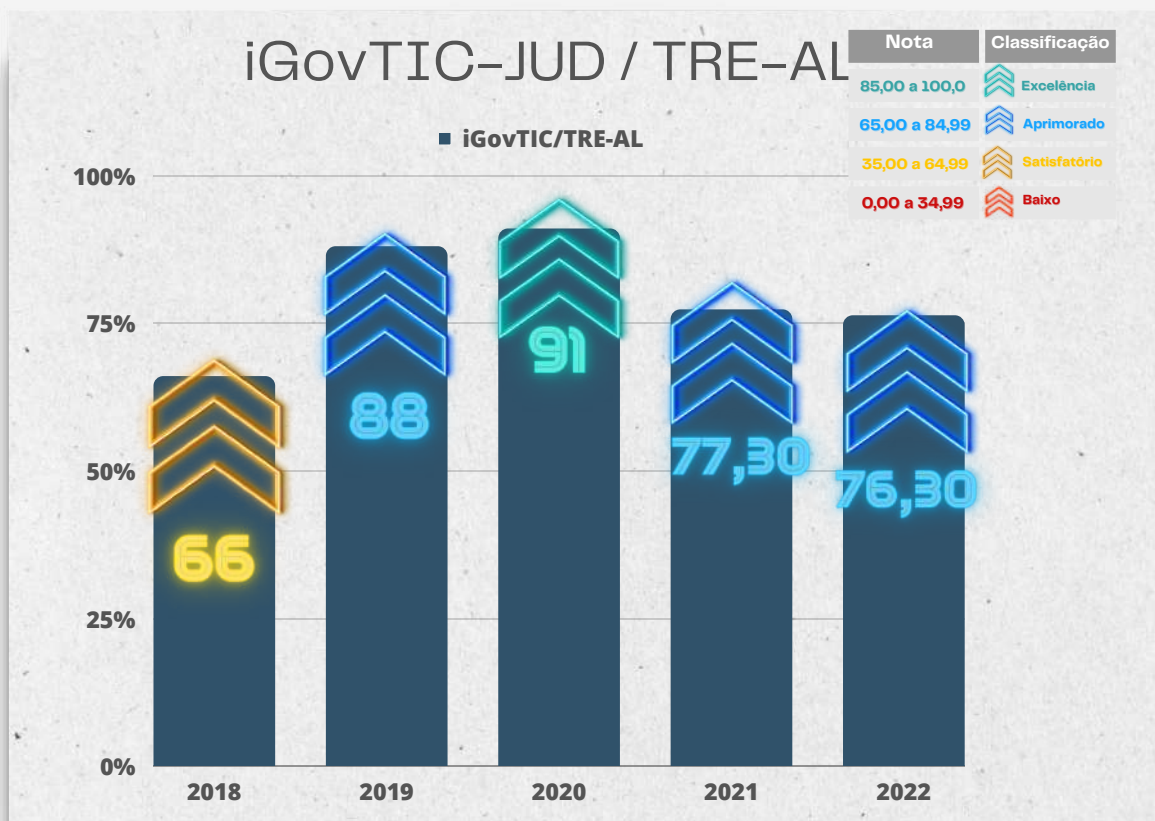
Meta Assegurar índice acima de 99% de disponibilidade de comunicação de dados da Sede com as Zonas Eleitorais.

Resultado/2022 97,10%

Já no IgovTIC, o TRE-AL alcançou o nível “aprimorado”, compatível com a meta de maturidade estabelecida pelo CNJ para os Tribunais, embora a pontuação obtida tenha ficado abaixo do esperado. Vale salientar, também, que o índice de disponibilidade de comunicação de dados do edifício-sede com os cartórios eleitorais implica maiores exigências por ser um tema sensível na política de gestão de riscos do Tribunal.

De outro lado, o novo PDTIC (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação), aprovado na metade de 2021, tem forte influência da nova Estratégia Nacional de TIC do Judiciário, que incorpora novos requisitos à governança e gestão de TIC.

O resultado consideravelmente abaixo do esperado expôs algumas lacunas ligadas temas relevantes, como a segurança da informação. Neste ponto, vale ressaltar que o TRE-AL já está tomando medidas concretas para elevar seu nível de maturidade no tema, esperando melhorar os resultados futuros.





## Próximos Passos

E daqui pra frente? O acompanhamento dos indicadores estratégicos não trata de olhar apenas para trás, mas também para o futuro. Este relatório de progresso é um trabalho contínuo em andamento; uma forma do TRE-AL acompanhar seu impacto e melhorias ao longo do tempo.



### Ação ou compromisso

Buscar implementar a criação do Escritório de Processos Organizacionais e Riscos no âmbito do TRE-AL, bem como empreender esforços para a plena aplicabilidade da gestão de riscos nos processos de trabalho das unidades administrativas.



### Ação ou compromisso

Projeto para estudo de implantação do uso de energia solar no TRE/AL.



### Ação ou compromisso

Em 2022 foi celebrado o Contrato nº 12/2022, com a empresa Bio Digital Reciclagem de Eletrônicos Ltda, cujo objeto é a doação de equipamentos eletrônicos irrecuperáveis, no montante de 982 quilos de resíduos de informática, promovendo, assim, a destinação final ambientalmente adequada destes resíduos, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.



### Ação ou compromisso

Concluir implantação da política de proteção de dados no âmbito do TRE-AL dando cumprimento ao plano de ação elaborado.



## NOVAS HABILIDADES

20% 40% 60% 80%

LOADING...

### **Ação ou compromisso**

Dar cumprimento as próximas etapas da Gestão por Competências realizando o 1º Ciclo de Avaliação de Competências, Preparo de Gestores e Servidores para o Feedback e Plano de Desenvolvimento Individual.

### **Ação ou compromisso**

Criação da Plataforma EAD com suporte ativo de TI.

### **Ação ou compromisso**

Criação e estruturação de Salas de Treinamentos.



## 4 – Conclusão



•O presente relatório é resultado das Reuniões de Análise da Estratégia. As RAEs são de fundamental importância para o processo de aprendizado organizacional.

•Com o início do ciclo de um novo Plano Estratégico, o TRE-AL renova as expectativas de consolidação e de melhoria contínua de uma gestão comprometida com a oferta de resultados à sociedade, com foco na Missão, Valores e Visão estabelecidos.



•Nesse sentido, continuou a valorizar todas as perspectivas do Mapa Estratégico (Aprendizado e Crescimento, Processos Internos, Sociedade), proporcionando a aplicação dos recursos financeiros em todos os seus objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas.

"A mensuração dos indicadores é importante para a tomada de decisão baseada em dados, o que contribui para a redução de riscos e incertezas na gestão pública. Com dados confiáveis e precisos, é possível realizar análises mais assertivas e tomar decisões mais embasadas".

Diretor-Geral Maurício de Omena Souza

"Impende registrar a manutenção do compromisso perene desta Casa de Justiça na potencialização de processos de gestão aptos a assegurar cada vez mais segurança e eficiência na entrega dos relevantes serviços prestados pela Justiça Eleitoral, em sua qualidade indissociável de fiadora da mais ampla e democrática manifestação da vontade popular, por ocasião da escolha de seus representantes".

Desembargador Presidente Washington Luiz Damasceno Freitas

# MEMBROS DA EQUIPE

**Elaboração de Conteúdo:** Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)

**Equipe:**

Ney Willer S. S. da Palma - Assessor/AGE

Heberth Henrique Araújo Pinheiro - Assistente/AGE

Renato Floering Tavares - Assistente/AGE

**Capa e Editoração:** Heberth Henrique Araújo Pinheiro - Assistente/AGE

O monitoramento da estratégia envolve supervisionar muitas unidades, com distintas atribuições. Para ter uma implementação bem-sucedida, sobressai-se a necessidade do estabelecimento de indicadores com metas suscetíveis de alcance, mas com relativo grau de dificuldade para impulsionar o Tribunal a implantar as melhorias que facilitem o alcance dos resultados esperados.

Os projetos e planos devem ser bem elaborados para garantir que os objetivos sejam atingidos dentro do prazo estabelecido e de acordo com o orçamento disponível. O ciclo PDCA constitui uma metodologia capaz de auxiliar na execução do planejamento estratégico da instituição. Dessa forma, é possível identificar possíveis problemas que porventura possam ocorrer, contribuindo, assim, para a melhoria contínua das ações.

A Assessoria de Gestão Estratégica coloca-se à disposição das unidades do Tribunal para as críticas construtivas e elucidação de eventuais dúvidas, mobilizando esforços para o contínuo processo de melhoria do Planejamento Estratégico institucional.

## Contato

Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas  
Avenida Aristeu de Andrade nº 377, Farol, Maceió/AL  
CEP 57051-090  
(82) 2122-7700, (82) 2122-7728  
[www.tre-al.jus.br](http://www.tre-al.jus.br)  
[age@tre-al.jus.br](mailto:age@tre-al.jus.br)  
[@tre.alagoas](https://www.instagram.com/tre.alagoas)